



“Humilhadas pelo governo, retiraram-se do hospício as irmãs de Sant’Anna”: relações de saber-poder no Regime Militar no Pará

“Humilladas por el gobierno, las hermanas de Sant’Anna se retiraron del asilo”: relaciones de saber y poder en el Régimen Militar en Pará

Sergio Bandeira do Nascimento

Universidade Federal do Pará (UFPA)
Abaetetuba/PA - Brasil

Geise do Socorro Lima Gomes

Universidade Federal do Pará (UFPA)
Castanhal/PA - Brasil

João Victor da Silva Furtado

Universidade Federal do Pará (UFPA)
Belém/PA - Brasil

Resumo

o estudo analisa os dispositivos de saber-poder operados pelo governo paraense após o golpe militar de 1964, no Hospital Juliano Moreira (HJM), o maior espaço institucionalizado para tratamento da “loucura” na Amazônia brasileira. Problematisamos a correlação entre “política” e “loucura” como estratégias de biopoder. Dialogamos com autores que se aproximam das formulações foucaultianas e analisamos periódicos locais para demarcar a “autoridade médica” na trama de forças que rivalizaram com os saberes e práticas exercidas pelas ordens religiosas historicamente nos espaços hospitalares. No caso do HJM, a congregação das Filhas de Sant’Anna exercia destaque nos mecanismos regulatórios e a sua “retirada” da instituição emerge como uma estratégia de afirmação dos saberes da Medicina/Psiquiatria para o tratamento clínico da “loucura” e para a gestão dos corpos nesse espaço hospitalar.

Palavras-chave: Hospital Juliano Moreira no Pará; Filhas de Sant’Anna; Autoridade medical.

Resumen

El estudio analiza los dispositivos de saber y poder operados por el gobierno del estado de Pará tras el golpe militar de 1964 en el Hospital Juliano Moreira (HJM), el mayor espacio institucionalizado para el tratamiento de la “locura” en la Amazonia brasileira. Problematisamos la correlación entre la “política” y la “locura” como estrategias de biopoder. Trabajamos con autores que abordan las formulaciones de Foucault y analizamos publicaciones periódicas locales para demarcar la “autoridad médica” dentro de la red de fuerzas que rivalizaba con los saberes y las prácticas históricamente ejercidas por las órdenes religiosas en los espacios hospitalarios. En el caso del HJM, la congregación de las *Filhas de Sant’Anna* ocupó un lugar destacado en los mecanismos reguladores, y su retirada de la institución surge como una estrategia para afirmar el conocimiento de la Medicina/Psiquiatria para el tratamiento clínico de la locura y la gestión de los cuerpos dentro de este espacio hospitalario.

Palabras-clave: Hospital Juliano Moreira de Pará; *Filhas de Sant’Anna*; Autoridad Medical.

Problematizações iniciais

O ano de 1964 transformou-se em um misto de sentimentos e memórias conflitantes, pois emergiu como uma das fases mais sombrias da história recente de nosso país, com a efetivação de um regime ditatorial sob o comando dos militares. Distante de pensar em coincidência, é justamente no quadro histórico de uma ditadura militar, circunscrita em torno de duas décadas (1964-1985), que se desenhou a etapa derradeira da maior instituição psiquiátrica da Amazônia brasileira, inicialmente denominada de “Hospício dos Alienados” e, finalmente, “Hospital Juliano Moreira” (HJM).

Construído em 1892 para conter os “loucos”, o hospital foi posto na “porta dos fundos” da cidade de Belém, no Pará, que desde sua fundação (1616) tinha como principal meio de acesso a via fluvial. Por tática irônica, o HJM passou a ocupar a “porta de entrada” da cidade, com a criação de uma malha ferroviária e, posteriormente rodoviária, na qual abriu-se uma nova frente de acesso por via terrestre, num contexto de expansão urbanística ligada à economia da borracha, segundo Sarges (2002), entre o final do século XIX e o início do XX. Assim, o HJM, que se situava no limite extremo da cidade de Belém, passou a compor a área de entrada da cidade. A demolição total de seu prédio histórico, talvez uma estratégia de apagamento da memória de sofrimento e exclusão que perseguiu o HJM, ocorreu no ano 1984, quando o regime militar também estava em extinção.

A emergência do espaço hospitalar/psiquiátrico ocorreu no bojo das mudanças urbanísticas operadas na transição dos séculos XIX e XX, claramente por meio de uma política higienista e excludente alinhada por governantes paraenses, em decorrência do projeto desenvolvido a partir dos grandes recursos advindos da produção gomífera na Amazônia. Em cenário posterior, com a efetivação, no Pará, do primeiro governante militar pós-1964, o coronel Jarbas Gonçalves Passarinho (1920-2016), ocorreu a posse do médico psiquiatra Dorvalino Braga (1923-2020) para a direção do HJM, acentuando o embate de forças entre campos de saberes distintos no espaço hospitalar.

Conforme Nascimento (2015), uma das primeiras medidas tomadas pelo novo diretor foi a decisão pela retirada das Filhas de Sant’Anna do HJM, congregação que atuava na instituição desde, pelo menos 1907. Este autor observa que a partida da ordem religiosa foi um evento amplamente rememorado na posteridade, ao analisar, por exemplo, as memórias de Dorvalino Braga em entrevistas aos jornais locais sobre o tema em 2011,

quando a ditadura militar brasileira já havia se encerrado, depois de um difícil processo de redemocratização ocorrido, nos anos 1980.

Analisando as publicações dos periódicos de época, especialmente a *Folha do Norte* e *A Província do Pará*, considerados por Petit (2022) como dois dos principais veículos de comunicação de Belém, verificou-se que, no mesmo dia, 15 de agosto de 1965, o evento também foi retratado. Todavia, ainda existe uma lacuna quanto à análise da repercussão do tema na imprensa paraense no momento imediatamente posterior ao evento. Da identificação desta lacuna emerge o tema deste artigo e a escolha do recorte cronológico e documental. Centrado na maneira como a notícia repercutiu na imprensa local, este estudo articula história e relações de poder no contexto da ditadura.

Nesse sentido, o presente estudo descreve e analisa os dispositivos de saber-poder operados pelo governante paraense para o campo da “loucura” e seu o lugar institucionalizado, o HJM. Buscamos problematizar a correlação entre a “política” e a “loucura” como composição de estratégias de biopoder. Do ponto de vista teórico, dialogamos com Michel Foucault, especialmente com a perspectiva da “anatomia política” (2008, p. 119), pensada para explicar o momento histórico em que os corpos se tornaram objetos e alvos de poder. Dialogamos também com autores que se aproximam das formulações foucaultianas, especialmente com o conceito de “autoridade medical”, de Farhi Neto (2010).

Uma das características principais da incidência dessa política sobre os corpos acontece nos espaços/instituições denominadas “disciplinares”, por exemplo: as prisões, os quartéis, os mosteiros, as escolas, os hospitais e outras. O que há de comum nesses espaços? Para Foucault, tratam-se de espaços forjados para exercer formas gerais de dominação sobre os corpos, cenário históricos das disciplinas, momento em que nasce uma “arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente” (2008, p.119).

O corpus documental do artigo é composto por fontes jornalísticas: a *Folha do Norte* e *A Província do Pará* foram dois jornais da época que publicaram notícias sobre a “retirada” da ordem religiosa Filhas de Sant’Anna. O material está disponível para pesquisa no acervo físico da hemeroteca da Biblioteca Pública Arthur Vianna, vinculada à Fundação Cultural do

“Humilhadas pelo governo, retiraram-se do hospício as irmãs de Sant’Anna”: relações de saber-poder no Regime Militar no Pará

Estado Pará, localizada na Avenida Gentil Bittencourt, N. 650, bairro de Nazaré, em Belém, no Pará.

Nossa proposta metodológica, no tocante aos usos dos jornais, dialoga com as proposições de Tânia de Luca (2008), ao demonstrar que, no século XX, a história da imprensa (e por meio dela) foi da desvalorização à centralidade, a partir dos deslocamentos dos objetos, problemas e abordagens historiográficas, promovidos principalmente pela Nova História, na França, e pela profunda renovação e revisão do marxismo, na Inglaterra. Nessa concepção, jornais e revistas são tratados como fontes históricas com valor, apesar de trazerem parcialidades, interesses e subjetividades. O trato com este conjunto documental requer, portanto, uma interpretação crítica, compreendendo o contexto social, político, econômico e cultural em que foram produzidos, bem como as ideologias, interesses e tensões que atravessavam a imprensa.

Em contexto mais recente, Tânia de Luca (2024) retomou a relação entre os impressos periódicos e a escrita da história para demonstrar que, no cenário atual, com a transição dos métodos de pesquisa do padrão analógico ao digital, ocorreu um processo de ampliação do uso das fontes impressas que se relaciona, por exemplo, com a maior difusão dos acervos e hemerotecas digitais. Diante desta nova realidade, que contribui para a emergência de novos desafios aos pesquisadores, as fontes de jornais seguem se configurando como importantes fontes históricas para retratar o passado.

No que diz respeito aos jornais paraenses no contexto da ditadura militar, Silva (2017) avalia que entender as nuances dos ideários dos jornais exige ir além das publicações de cunho político, analisando também outros cadernos. Dialogando com esta perspectiva sobre os periódicos locais, identificamos que o processo de expulsão da congregação das Filhas de Sant’Anna foi criticado na *Folha do Norte*, enquanto *A Província do Pará* noticiou o ocorrido reforçando os discursos políticos de Dorvalino Braga, diretor da instituição no contexto posterior ao golpe, que decidiu pela retirada das religiosas no âmbito da imposição da autoridade médica.

A atuação histórica das religiosas ganha destaque sobretudo em instituições educativas e hospitalares, espaços que respondem a uma “exigência” que articula o poder ao saber para bem funcionar. Nesse ponto, fazemos referência aos modos indiretos de educação que se tornaram necessários para o funcionamento dessa maquinaria. Logo, se as escolas organizam, de forma mais clara, os programas educativos, visando “ampliação

de conhecimento”, os hospitais, por sua vez, visando a “cura/libertação/salvação” do corpo/alma, instituem projetos de educação e controle. Ambas as propostas culminam em um objetivo em comum que é a condução do outro, pois tratam-se de espaços que, na visão de Foucault, definem como se pode ter “domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina” (2008, p. 119).

Ainda conforme Foucault em *Vigiar e Punir*, “o corpo, tornando-se alvo dos novos mecanismos do poder, oferece-se a novas formas de saber” (2008, p. 132). Com base neste pressuposto teórico, consideramos que o embate entre médicos e as religiosas pela condução da instituição hospitalar decorre da relação de saber-poder e a afirmação de uns sobre os outros. Assim, embora houvesse a troca de administradores do HJM, saindo as religiosas para recondução do médico, os saberes que são convocados para justificar as novas investidas sobre os corpos neste espaço mantém a maquinaria de poder funcionando, contudo, a partir do saber medical. A proliferação discursiva e os embates entre as religiosas e os médicos psiquiatras no controle clínico e total da instituição hospitalar são permeadas por relações de saber-poder que atravessam esses embates na afirmação e validação de seus discursos, inclusive saindo do plano do hospital para a opinião pública por meio dos dois periódicos referenciados no estudo.

É fundamental registrar que, àquela altura, a congregação Filhas de Sant’Anna já possuía um histórico de que ia muito além dos muros do HJM. Por muitas décadas, elas já prestavam diversos trabalhos de “caridade” voltados à educação no Pará, como comprova o estudo de Silva, Sabino, Silva e Alves (2019). No contexto atual, a congregação segue exercendo local de destaque na administração de espaços escolares em Belém e na Amazônia, a exemplo do colégio Gentil Bittencourt, um dos estabelecimentos de ensino mais tradicionais do Pará, que segue em funcionamento e gerido pela congregação, conforme demonstram Couto, Lima e Chaquiam (2016).

Desta maneira, a pesquisa propõe uma abordagem história acerca de um evento que, para além de ser uma manifestação do saber-poder, se trata de um marco importante na trajetória das Filhas de Sant’Anna, congregação religiosa cuja atuação centenária nos espaços educacionais e hospitalares na região vem sendo objeto de diversos estudos recentes, na interface entre história e educação. Em sua estrutura, o artigo está constituído por três partes. A partir das notas introdutórias, apresentamos o debate em torno do

“Humilhadas pelo governo, retiraram-se do hospício as irmãs de Sant’Anna”: relações de saber-poder no Regime Militar no Pará

conceito de “Autoridade Medical”. Em seguida, problematizamos a constituição do espaço hospitalar na expectativa de capturar como as relações de saber-poder estiveram presentes no próprio Hospital Juliano Moreira no Pará e, finalmente, as nossas análises conclusivas sobre o estudo.

A autoridade medical e as relações de poder no HJM no pós-1964

Para Farhi Neto (2010), existem duas perspectivas de conexão entre política e medicina, aqui entendida pela sua especialidade, a Psiquiatria. A primeira consiste na incorporação da medicina na política, ou seja, sua estatização, ou ainda, a “absorção das funções da medicina pelo estado” (2010, p. 23). A segunda, e a que baliza mais este estudo, ressalta o processo de “formação da autoridade medical, mediante o qual o médico adquire, nas relações de poder que atravessam o tecido social, uma posição de destaque, uma autoridade política” (2010, p. 23). O filósofo-historiador Foucault analisa as funções da medicina em nossa sociedade e põe em suspeição os saberes e as práticas de poder sustentadas por esse campo de conhecimento. Em um artigo de 1972, ele nos diz que “desde o século XVIII uma das grandes funções da medicina, da medicina psíquica, psiquiátrica, psicopatológica, neurológica, foi precisamente substituir a religião e converter o pecado em doença” (Foucault, 2011, p. 306).

Foucault (2011) situa quatro grandes processos que vão caracterizar a medicina do século XVIII: 1) o aparecimento de uma autoridade médica; 2) o surgimento de um campo de intervenção da medicina distinto da doença; 3) a introdução de um aparelho de medicalização coletiva: o hospital; 4) a introdução de mecanismos de administração médica. Ainda para o autor, é desse modo que, ao longo de todo o século referenciado, a medicina ocupou lugares de destaque nas estruturas administrativas e maquinarias de poder.

Na literatura sobre a loucura na Europa e no Brasil, vamos encontrar vários relatos que nos põem em contato com a realidade vivida e com o contexto de transformações nas instituições hospitalares destinadas ao suposto tratamento das pessoas em sofrimento psíquico. Geralmente são citadas as condições precárias, insalubres, os maus tratos, castigos físicos, dentre outros a que eram frequentemente submetidos prostitutas, alcoolistas, epiléticos, homossexuais e demais considerados desajustados ou indesejáveis à sociedade (Arbex, 2013; Amarante; Torres, 2001). No Brasil, em especial, contabiliza-se que nesse momento histórico de funcionamento do HJM existiram mais de 150 locais com

essa designação. Se para o contexto europeu esses espaços manicomiais eram insustentáveis logo após a segunda guerra mundial, somente em meados dos anos de 1980 que vamos ver as críticas no Brasil se intensificarem (Vasconcelos, 2008).

É na perspectiva de dotar o médico como uma “autoridade política” que buscamos descrever e analisar as estratégias urdidas pelos governantes paraenses para compor o quadro de mudanças operadas no HJM, inclusive com a inclusão do psiquiatra Dorvalino Braga para a direção do referido espaço hospitalar e a “defenestração” da ordem religiosa das Filhas de Sant’Anna, em agosto de 1965. É preciso registrar que a presença da congregação na região Amazônica remonta, pelo menos, ao final do século XIX, e foi marcada por forte atuação na assistência à saúde e na educação. Segundo Pimenta (2012), a congregação chegou ao Pará em outubro de 1884 com o objetivo de cuidar dos enfermos do Hospital do Bom Jesus dos Pobres, (mais tarde, Santa Casa de Misericórdia do Pará).

Conforme Silva, Sabino, Silva e Alves (2019), a congregação desenvolveu práticas educativas para “meninas desvalidas” do Pará, principalmente no Colégio Gentil Bittencourt, na capital do Estado, no início do século XX. Embora muito conhecida a atuação da congregação no Pará, o episódio de sua retirada do HJM e sua repercussão na imprensa local ainda é um tema que carece de análise.

Visibilizamos resistências em tempos de liberdades cerceadas, aqui pensadas pela capilaridade das relações de poder que são atravessadas por relações de saber da ciência médica em sua especificidade, a Psiquiatria. Tempos de proliferação discursiva sobre um hospital que historicamente aprisionou, excluiu, violentou e agora preconizava a retomada da metodologia “portas abertas” ou *open-door*”, sob práticas engendradas em saberes que produziram novos sujeitos enredados pela loucura na Amazônia paraense. Segundo Portocarrero (2002, p. 118), o referido regime tem como princípio a “máxima liberdade possível”, que se opõe ao isolamento na medida em que este não pode ser eficaz na recuperação do “alienado” porque irrita os pacientes. Por outro lado, há um entendimento de que a “ilusão de liberdade” os tranquiliza, tornando-se mais suscetíveis de serem “disciplinarizados” para o trabalho e para a vida em sociedade. O regime político que aprisionava parecia destoar da instituição hospitalar que anunciava a “liberdade” dentro de uma “atmosfera democrática de trabalho” em nome da ciência médica/psiquiátrica que conquistou o seu status de saber dominante na hierarquização e afirmação permeadas por relações de saber-poder.

A constituição histórica do espaço hospitalar na Amazônia e a emergência do saber médico como autoridade política

Foucault (2012), ao tratar sobre o nascimento do hospital enquanto uma tecnologia médica, ressalta que o “instrumento terapêutico” e de cura é uma invenção relativamente nova que data do final do século XVIII. Historicamente dizia-se que o hospital era um espaço de caridade e um “lugar de morrer”, visto que o “pessoal do hospital não era fundamentalmente destinado a realizar a cura do doente, mas a conseguir a própria salvação”. O autor ressalta ainda que “era um pessoal caritativo – religioso ou leigo – que estava no hospital para fazer uma obra de caridade que lhe assegurasse a salvação eterna” (Foucault, 2012, p. 175). Portanto, o hospital historicamente se constituiu como um lugar de assistência e de beneficência e não enquanto espaço terapêutico e de cura como o identificamos atualmente. Portanto, parte-se de uma abordagem caritativa e de conforto ante às agruras e males físicos que assolam o indivíduo em sua transição ao mundo espiritual, pela morte do corpo, para uma abordagem racionalizada de tratamento e cura das “doenças” para a garantia da vida, o que (re) direciona o embate na arena de disputa entre saberes.

No Brasil, a construção dos espaços médicos se deu desde o contexto colonial português até parte da era republicana, segundo Sanglard (2007), entre a caridade e a assistência médica, marcadamente com a presença das Santas Casas. Os espaços hospitalares institucionalizados para tratamento de doentes, inclusive de loucos no Pará, estiveram diretamente imbricados na ação das ordens religiosas que atuaram em nosso Estado. No Pará, por volta de 1787, a Santa Casa de Misericórdia construiu um “pequeno hospital denominado ‘Senhor Jesus dos pobres enfermos’, para recolher os loucos”, sendo uma das “primeiras tentativas em prestar alguma assistência aos doentes mentais” (Braga, 2008, p. 49).

Oda e Dalgarrondo (2005) demonstram que, no contexto imperial, também há registros de iniciativas do poder público paraense visando isolar os “alienados”, ainda que sem a intenção de dar-lhes tratamento médico. Segundo Costa (2006, p. 75), era comum, ao longo de parte do século XIX, que fossem encaminhados “para a enfermaria da cadeia pública da cidade” mesmo que o local não tivesse estrutura para assisti-los. Ainda segundo Costa (2006), em 1865, uma enfermaria foi construída no Hospital da Caridade, destinada aos “alienados” e, em 1873, um local específico foi instalado, na antiga fazenda Tucunduba,

também chamado Asilo ou Hospício de Alienados de Tucunduba. Depois de proclamada a República, em 1892, uma nova instituição chamada Hospício de Alienados do Marco da Légua foi inaugurada para esta função.

Esta instituição passaria a se chamar, em meados dos anos 1930, “Hospital Juliano Moreira”, medida que pode ser considerada como uma tentativa de afirmação do “poder medical”. Para se ter uma noção da importância desta denominação, ressaltamos que Dorvalino Braga (2008, p. 50), então ex-diretor do Hospital, avalia a nova denominação como manifestação de mudança de perspectiva conceitual para a assistência aos doentes mentais no Pará, ao afirmar que a palavra “asilo” conferia à instituição um caráter “pejorativo, discriminatório e alienante, enquanto hospital oferece uma conotação humana, assistencial e terapêutica”.

A mudança de nomenclatura é um tema caro aos estudos da psiquiatria, como demonstra Amarante (1996), quando afirma que a expressão “manicômio”, em substituição a hospital psiquiátrico, tem sido utilizada mais especificamente desde 1987, como uma estratégia do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) no sentido de reforçar o caráter asilar, segregante, violento, tutelar e médico-jurídico de todas as instituições dessa ordem. Conceitualmente, para o MTSM não há distinção entre hospital psiquiátrico, clínica psiquiátrica, asilo, manicômio ou hospício. Porém, a fala do então diretor do HJM não implicava somente em uma mudança de nomenclatura, mas sim em um novo conceito da instituição no tratamento da loucura no Pará, que não expressa o mesmo posicionamento político apontado pelo MTSM.

Essa perspectiva conceitual da qual fala o médico psiquiatra Dorvalino Braga em relação ao hospital assenta-se na prerrogativa sustentada por Foucault (2011) de que foi a invenção de um enquadramento médico da população que fez surgir essa “nova concepção” institucional. Segundo o autor, o hospital deveria tornar-se um elemento funcional no espaço urbano, sendo medidos e controlados seus efeitos: “era preciso instalar o espaço interior do hospital de maneira que ele se tornasse medicamente eficaz; não mais o lugar de assistência, porém de operação terapêutica” (Foucault, 2011, p. 371). Nesse sentido, opera-se o biopoder, que é entendido por Foucault, sobretudo nas obras “Em defesa da Sociedade” (1975-1976) e “A vontade de saber” (1976), como um mecanismo de poder sobre a vida, em que agem estratégias biopolíticas, ou seja, de

“Humilhadas pelo governo, retiraram-se do hospício as irmãs de Sant’Anna”: relações de saber-poder no Regime Militar no Pará

controle sobre o corpo-espécie e estratégias anatomopolíticas, por meio de disciplinas que objetivam o corpo individual (Castro, 2009).

O hospital, além de demarcar o controle individual sobre os corpos, também atua sobre os corpos coletivos, a partir dessa função urbanística em que se insere. Para Castro (2009), o desenvolvimento do capitalismo em nossa sociedade teve como elemento fundamental o biopoder. Uma vez que as estratégias biopolíticas e disciplinares não são antitéticas, auxiliam-se ramificando as estratégias de poder em diferentes relações, instrumentos, saberes, instituições e normativas, a fim de ajustar os fenômenos da população aos processos econômicos. Assim, todos aqueles considerados “desajustados” e, principalmente, “não produtivos”, foram alocados para esses espaços em que seus corpos passaram por diferentes formas de mecanismos reguladores, sob a égide do saber médico.

Tendo em perspectiva que a presença religiosa nos espaços de medicalização no Brasil é antiga, remontando o contexto colonial, consideramos que cada fase de sua atuação deve ser analisada à luz de suas especificidades. No caso da “assistência” aos loucos na cidade de Belém no Pará, esteve sob a responsabilidade da congregação das Filhas de Sant’Anna, desde o ano de 1887, e seu ciclo foi encerrado em 1965, um ano após a realocação do psiquiatra Dorvalino Braga na direção do HJM. Eis o ponto pelo qual discorreremos mais atenção para demonstrar o embate e a supremacia do “poder medical” nas relações instituídas no HJM e mesmo para fora dele, constituindo-se na hierarquização de saberes e a afirmação do modelo científico na configuração das ações no HJM.

Periódicos da época evidenciam que, em 1965, ocorreu sério desentendimento entre a Madre Superiora da congregação com o então diretor do HJM. Isto resultou na intervenção da Madre Provincial da ordem religiosa, Madre Ana Justina, que esteve presente na cidade de Belém, além do então Arcebispo, Dom Alberto Ramos, para tratar especificamente do assunto com o governador Jarbas Passarinho. Porém, com a decisão do governo de substituir a Madre Superiora da direção do HJM e a não aceitação da decisão pela provincial, a deliberação foi a retirada das demais religiosas do hospital.

O trabalho desenvolvido pelas Freiras nessa narrativa é desqualificado ou silenciado, sendo substituído pela autoridade da fala, ou seja, o especialista autorizado para atuar no campo da saúde mental, sendo então a figura do psiquiatra e do saber médico. Essas autoridades instituídas por relações de saber-poder, segundo Foucault

(2008), organizam estratégias específicas para controlar o conhecimento e criar práticas de intervenção que sejam úteis e aceitáveis, respaldando-se nos regimes de autoridades que nascem dos acordos e negociações ocorridas dentro das tramas de poder.

Atinente à saída das religiosas do HJM, o jornal *A Província do Pará* de 15.08.1965 apresenta que “Pela primeira vez em 75 anos o Hospital Juliano Moreira amanhece hoje sem ser despertado pelas Filhas de Sant’Anna. As seis religiosas que lá estavam deixaram ontem á tarde, o manicômio.” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 15.08.1965, p. 10). Outros lances importantes desse embate podem ser apresentados na mesma reportagem, como

Madre Palmira, que era a superiora do hospital, comandou a retirada das freiras, ato com o qual encerraria **divergências entre a administração médica e a administração religiosa** do manicômio, em inquérito versando sobre ocorrências que se repetiam já há bastante tempo. (...) A Comissão de Inquérito havia concluído, diante da manifestação dos funcionários, que a superiora, Soror Ana Palmira, é de difícil trato com os servidores, e **por vezes se antepôs à autoridade do diretor-médico** e com êste (sic) entrou em conflito, criando constantes atritos. (...) Segundo a Comissão de Inquérito, haveria necessidade de substituir a Superiora. (...) O Governador do Estado aprovou essas conclusões, mas a Provincial da Ordem chegada de Recife manteve-se em posição irredutível, inclusive, em uma audiência com o Governador Passarinho, condicionando a designação de uma nova superiora a substituição do diretor Durvalino Braga. Como não concordasse o governador com essa exigência, a Provincial resolveu, então, retirar todas as seis religiosas (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1965, p. 10. Grifo nosso).

O periódico apresenta detalhes sobre a saída da congregação e informava que as seis religiosas que se encontravam no HJM haviam se recolhido no Colégio Gentil Bittencourt, onde as freiras também atuavam, para esperar instruções da Provincial da Ordem, que viriam de Recife/PE. O periódico publicizou uma imagem da Madre Palmira deixando o HJM, como se vê na figura abaixo:

Figura 1 – Madre Palmira, deixando o HJM



Fonte: A Província do Pará (1965)

“Humilhadas pelo governo, retiraram-se do hospício as irmãs de Sant’Anna”: relações de saber-poder no Regime Militar no Pará

De acordo Oliveira e Nunes (2010, p. 312), em estudo sobre a análise iconográfica e suas possibilidades metodológicas no campo de história da educação, a imagem é um “registro dos múltiplos significados possíveis do contexto histórico que ela espelha”, podendo gerar “vários enfoques e significados”. Dialogando com esta perspectiva, consideramos que, são muitas possibilidades interpretativas que a imagem a fotografia de Madre Palmira deixando o HJM poderia ter aos leitores do periódico.

Em diálogo com a narrativa construída pelo periódico, que enfatiza nas freiras, principalmente em sua superiora, como a causa das divergências, podemos considerar que se trata de um registro carregado de simbolismo. A saída da congregação é representada como sinônimo de ruptura de uma história que remontava mais de 70 anos e que teria como causa principal a postura de sua liderança. A Madre Palmira teria, por um lado, maltratado funcionários e pretendido impor sua “autoridade” contra o diretor-médico. Na imagem, ela aparece sozinha, sem sequer estar acompanhada das irmãs que ainda lhe acompanhavam, menos ainda do diretor ou dos demais funcionários do HJM. As malas prontas, colocadas ao chão e a cabeça baixa demonstram que, para o periódico, a notícia não era apenas da partida da congregação, mas de sua derrota perante uma decisão do diretor, indicado pelo governo militar.

Não obstante, este não teria sido o único periódico a noticiar a questão. O Jornal *Folha do Norte*, de 15.08.1965, apresentou a matéria, em letras maiúsculas, com o seguinte título: “HUMILHADAS PELO GOVERNO, RETIRARAM-SE DO HOSPÍCIO AS IRMÃS DE SANTANA”. Relatava o “desentendimento” entre a Madre Superiora e o Diretor do HJM. Segundo a reportagem, o estopim ocorreu depois das observações da Superiora Maria Alice quanto ao desaparecimento de diversos utensílios do HJM, o que “levou a religiosa a chamar atenção dos empregados”. Em “represália”, segue a matéria, empregados do hospital fizeram uma representação formal ao diretor do hospital contra a religiosa, sob a acusação de “tê-los agredido moralmente” e, após consultar o secretário de saúde e o governador Passarinho, foi orientado pela abertura de inquérito presidido pelo próprio Dorvalino Braga, justamente uma das partes em litígio.

Concluído o inquérito, o relatório enviado ao secretário de Saúde, a irmã Maria Alice como que tivesse realmente “agredido moralmente” os funcionários e em face disso, se articulou no sentido de conseguir junto às autoridades eclesásticas a substituição da Madre Maria Alice.

(...) Vendo que a irmã Maria Alice estava sendo vítima de uma perseguição injusta, a Provincial declarou que aceitava a substituição da Madre Maria Alice, por outra Madre se o diretor Durvalino Braga também fosse substituído, o que não foi aceito pelo governador Jarbas Passarinho e o seu secretário de saúde (FOLHA DO NORTE, 15.08.1965, p. 32).

Um primeiro ponto a ser ressaltado é que os periódicos em questão eram veículos de informações muito importantes no contexto da ditadura, sendo considerados por Petit (2022, p. 203) como “estimulares do golpe militar” no início de 1964. Fundada em 1897, desde 1947, *A Província do Pará* fazia parte, segundo Petit, do conglomerado de jornais e emissoras de rádios da firma “Diários Associados”, controlada pelo jornalista, empresário e político com histórico anticomunista, Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo (1892-1968). Assim, uma das primeiras manifestações favoráveis ao golpe deste jornal teriam sido a publicação de notícias sobre os perigos comunistas.

Já a *Folha do Norte*, fundada em 1876, no contexto da ditadura, tinha como redator de longa data João Paulo de Albuquerque Maranhão, ou apenas Paulo Maranhão, jornalista e empresário que manteve a tradição de “fazer da Folha do Norte uma arma política contra os seus opositores”. Segundo Petit (2022), embora tivesse apoiado o golpe, Paulo Maranhão nunca manteve boas relações com os militares que assumiram o governo estadual e a Prefeitura de Belém. Conforme Expedito Leal (2007), em junho de 1964, ele teria abrigado, na redação da *Folha do Norte*, opositores ressentidos com o governador Jarbas Passarinho, inclusive parte da militância esquerdista paraense.

O que se percebe, portanto, é que apesar dos posicionamentos favoráveis ao golpe, por parte de determinados jornais, havia também disputas políticas locais que poderiam reverberar nas páginas da imprensa. Neste caso, a retirada da congregação das Filhas de Sant’Anna foi tratada de maneiras distintas nos dois periódicos, sendo o primeiro mais tendente a legitimar a ação governamental e o segundo a questioná-la. Em meio a estas disputas políticas, o que se evidencia é a emergência de discursos comuns no contexto da ditadura, tais como a defesa da “moral” e o combate à “falta de autoridade” e “desordem”. Neste caso, as transformações eram vistas como forma de implementar a “disciplina” e a competência da autoridade técnica dos médicos para conduzir as relações de âmbito terapêutico e administrativo do espaço hospitalar que deveria estar ordenado e disciplinado para desenvolver ações no trato com os sujeitos enredados pela loucura no Pará. Por meio da leitura de Machado (1979, p. 18) sobre a obra de Foucault, sabe-se que “a disciplina implica um registro contínuo de conhecimento. Ao mesmo tempo em que

“Humilhadas pelo governo, retiraram-se do hospício as irmãs de Sant’Anna”: relações de saber-poder no Regime Militar no Pará

exerce um poder, produz um saber”. Portanto, são técnicas disciplinares produzidas por outros saberes que buscavam se afirmar como majoritários.

É um processo intenso de conflito de competências e saberes orientados pela racionalidade científica diante dos embates para a retirada das Filhas de Sant’Anna do controle do HJM em 1965. Em outros estudos, também identificamos vários embates em torno de campos de saber que buscavam afirmação na terapêutica da loucura, como a Psicologia, a Terapia Ocupacional, o Serviço Social e mesmo entre segmentos da própria psiquiatria que pensavam condutas dissonantes, sem prescindir de um processo intenso de desospitalização capitaneado pelas lutas antimanicomiais que emergiram a partir dos anos de 1970/1980 em vários países, inclusive no Brasil (NASCIMENTO, 2016).

São jogos de verdade e é imprescindível que se perceba que os partícipes desses jogos nem sempre estão em posições simétricas para visibilizar as suas verdades. Portanto, demarcamos o período em que o médico psiquiatra Dorvalino Braga retornou pela segunda vez à gestão do HJM, pós 1964, e que definimos como uma fase de pleno esforço para implantar uma postura racional, científica e pretensamente acadêmica por meio de um modelo teórico orientado pela concepção de psiquiatria organicista, assim como um modelo de gestão administrativa centrado nos saberes da Psiquiatria.

As mudanças foram operadas desde aspectos estético-funcionais desse espaço hospitalar, mas algumas medidas foram implementadas com o objetivo de salvaguardar a hegemonia de um saber racional na condução das táticas de controle e disciplinarização. Em outros termos, visava-se ao controle absoluto do HJM, na gestão clínica e administrativa preconizada pelo corpo clínico e orientada por saberes da ciência médica/psiquiátrica, capaz de transpor o ordenamento do HJM como um ambiente caritativo para um espaço terapêutico e de cura daquilo que se pensava como doença mental. As transformações na estrutura física do HJM deveriam estar associadas ao desenvolvimento de técnicas e abordagens terapêuticas, na gestão do espaço hospitalar, na formação dos novos profissionais para a área de saúde mental, além da produção de saberes em torno deste tema que seriam divulgados pela publicação de um periódico intitulado “Boletim do Centro de Estudos do Hospital Juliano Moreira”, conforme demonstra Nascimento (2015, p. 31).

Este processo é apresentado por Amarante (1994, p. 75) como meio de legitimação por parte do Estado pela intervenção mais ativa dos alienistas na área da saúde mental e,

para isto, “O hospício deve ser medicalizado, isto é, deve ter em sua direção o poder médico, para poder contar com uma organização embasada por princípios técnicos”. Neste sentido, ressaltamos que os atos efetivos e simbólicos do diretor Dorvalino Braga, a partir de 1964 no Pará, contribuíram para dotar o HJM como território médico constituído por uma tecnologia de saber e intervenção sobre a loucura, imprescindível para demarcar modos de subjetivação das pessoas internadas naquele que foi o maior espaço institucionalizado da loucura na Amazônia brasileira, em consonância com o modelo político instituído pós-1964.

Considerações finais

Ao evidenciarmos algumas das mudanças significativas pelas quais passou o HJM no contexto da ditadura militar no Pará, damos visibilidade ao importante embate de forças instalado na instituição, demarcando várias instâncias representadas por lugares institucionais e posições de sujeitos, os quais lidaram com diferentes formas de regular sujeitos tidos como loucos. A congregação das Filhas de Sant’Anna teve seu lugar nesta arena e realizou estratégias de controle sobre corpos e almas dos sujeitos ali inseridos, que se coadunava com o campo religioso enquanto um lugar de verdade. Adicionalmente, dividiam posição de poder na administração do hospital, cujas tensões excederam os muros da instituição e compuseram as distintas narrativas políticas elaboradas pelos periódicos locais de grande difusão aqui analisados.

Em uma sociedade cada vez mais medicalizada, sobretudo porque a aliança médico-política começou a institucionalizar os saberes médicos no controle da vida e dos regimes urbanos, identificamos no contexto da Amazônia paraense uma ação governamental marcada pela tentativa de imposição da autoridade medical que teve como uma das principais medidas a retirada das Filhas de Sant’Anna do HJM. A partir do recorte analítico realizado, observamos que a *Folha do Norte* buscou questionar a medida, lembrando da atuação das religiosas na instituição, que remontava mais de sete décadas, e enfocava a condição de humilhação à qual elas teriam sido submetidas.

Já *A Província do Pará* sugeriu que a partida das freiras foi condicionada à saída tanto da superiora quanto do novo diretor, o que não foi aceito pelo governador Jarbas Passarinho e provocou a partida não apenas da liderança religiosa, bem como de toda a congregação, lida como um ato de insubordinação e desentendimento com o novo diretor.

“Humilhadas pelo governo, retiraram-se do hospício as irmãs de Sant’Anna”: relações de saber-poder no Regime Militar no Pará

As forças em conflito nesse cenário buscam forjar alianças para conseguir se manter na arena de disputas, o que vemos no destaque da *Folha do Norte* ao evidenciar proposta de retorno das freiras ao hospital, caso o opositor político do então governador ganhasse as eleições. Não obstante, o lugar de poder-saber das instituições religiosas é evocado na relação política-religião, constituinte de vários acontecimentos marcados pela história, bem como em nossa atualidade. O que não significa afirmar que havia de fato uma defesa política da Ordem religiosa, mas talvez, uma tentativa de incorporar, ou forjar uma aliança com esta que, inegavelmente, possuía seu lugar demarcado de poder não só no hospital, bem como na sociedade.

Por outro lado, Dorvalino Braga, encarnando o saber psiquiátrico, encontra apoio no governo autoritário tensionando as forças a seu favor, engendrando na mecânica da biopolítica um domínio de saber que age estrategicamente nos modos como se lidava com a loucura naquele tempo histórico. Recorreu a discursos e técnicas específicas que prometiam modernidade, cuidado com o corpo, com a saúde, ou seja, em nome da melhora no bem-estar sanitário da população. Nenhuma dessas posições de sujeito apresentadas são neutras, como diria Foucault, em sua analítica do poder, ao ressaltar que existem “múltiplas sujeições que ocorreram e funcionam no interior do corpo social” (2005, p.31-32). Assim, as “mudanças” prometidas pelo saber psiquiátrico emergente naquele momento não garantiram a “melhora” que delas se esperava, logo evidenciou-se, ainda, que as medidas pensadas pela nova administração da instituição não foram colocadas em prática sem tensionamentos, inaugurando um novo cenário de disputas que se estendem, pelo menos, até 1984 com o fim do HJM.

Referências

AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. Asilos, alienados e alienistas. In: Amarante, Paulo Duarte de Carvalho (Org.). **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 1994, p. 73-84.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração, 2013.

BRAGA, Dorvalino. Lances históricos da história da Psiquiatria no Estado do Pará. In: RICCI, Magda; VALENTIM, Rodolfo (Org). **História, Loucura e Memória: o acervo do Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira**. Belém-Pará: SECULT, 2009, p. 48-53.

CASTRO, Edgar. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

COSTA, Magda Nazaré Pereira da. **Caridade e Saúde Pública em tempos de epidemias**. Belém. 1850-1890. 2006. 108 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

COUTO, Ana Paula Nascimento Pegado, DE LIMA, Lucas Antonio Mendes, CHAQUIAM, Miguel. O Colégio Gentil Bittencourt na Instrução Pública paraense. In: XII Encontro Nacional de Educação Matemática - Educação Matemática na Contemporaneidade: desafios e possibilidades, 2016, SÃO PAULO. **Anais do XII Encontro Nacional de Educação Matemática** - Educação Matemática na Contemporaneidade: desafios e possibilidades, 2016. Disponível em: https://www.sbemrasil.org.br/enem2016/anais/pdf/5498_4237_ID.pdf

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

DE LUCA, Tania Regina. Impressos periódicos e escrita da história: notas sobre o cenário atual. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 185, n. 495, p. 193–205, 2024.

FARHI NETO, Leon. **Biopolíticas**: as formulações de Foucault. Florianópolis/SC: Nova Fronteira, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. Col.: Ditos e Escritos VII.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 35ª d. Petrópolis: Vozes, 2008.

HUMILHADAS pelo governo, retiraram-se do hospício as Irmãs de Santana. **Folha do Norte**. Belém, 15 ago. 1965, p. 32.

LEAL, Expedito. **Um jornal de Campanha**. Campinas: Editora Komedi, 2007, p. 132 133.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 7-23.

NASCIMENTO, Sérgio Bandeira do. **Biopolíticas de saúde mental, poder disciplinar psiquiátrico e modos de subjetivação de professoras primárias internadas como loucas**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

“Humilhadas pelo governo, retiraram-se do hospício as irmãs de Sant’Anna”: relações de saber-poder no Regime Militar no Pará

NASCIMENTO, Sérgio Bandeira do. **Modos de subjetivação de professoras primárias internadas como loucas no Hospital Juliano Moreira no Pará (1964-1984)**. Belém: Editora Açai, 2016.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, v.12, n.3, p.983-1010. 2005.

OLIVEIRA, Terezinha, NUNES, Meire Aparecida Lóde. Análise iconográfica: um caminho metodológico de pesquisa em história da educação. **Revista Contrapontos** – Eletrônica, vol. 10 – n. 3, p. 307-313, 2010.

ORDEM retirou freiras do “Juliano” para não substituir Superiora. **A Província do Pará**, Belém, 15 ago. 1965, p. 10.

PORTOCARRERO, Vera. **Arquivos da Loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da Psiquiatria**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

PETIT, Pere. Jornais de Belém e as disputas político-eleitorais no Pará (1889-1992). In: César Augusto. (org.). **Histórias Impressas: imprensa e periodismo na Região Norte – 1930-1988**. Manaus: Valer, 2022, pp. 185-212.

PIMENTA, Adriane Suellem Ferreira. **Educação de meninas no Orphelionato Paraense (1893-1910)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2012.

SANGLARD, Gisele. 2007. A construção dos espaços de cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização. **Esboços: histórias em contextos globais**, [S. l.], v. 13, n 16, p.11-33, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/119>. Acesso em: 1 fev. 2026.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas produzindo a Belle-époque (1870-1912)**. Belém-Pará: Editora Paka-Tatu, 2002.

SILVA, Anderson Rodrigo Tavares. Páginas de chumbo? a grande imprensa paraense e o golpe civil-militar de 1964. In: XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017, BRASÍLIA. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia**, 2017. Disponível em: [http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502810318_ARQUIVO_AndersonRodrig oTavaresSilva-ArtigoANPUH \(Brasilia\)2017.pdf](http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502810318_ARQUIVO_AndersonRodrig oTavaresSilva-ArtigoANPUH (Brasilia)2017.pdf). Acesso em 14 fev. 2026.

SILVA, Tayana Helena Cunha, SABINO, Elianne Barreto, SILVA, Livia Sousa, & ALVES, Laura Maria Silva Araujo. As práticas educativas da congregação Filhas de Sant’ana na educação das meninas desvalidas do Pará no início do século XX. **Revista OLHARES**, v. 7, n. 3 – Guarulhos, novembro 2019, p. 218-230.

VASCONCELOS, V. C. **A dinâmica do trabalho em saúde mental: limites e possibilidades na contemporaneidade e no contexto da reforma psiquiátrica brasileira**. 2008. Dissertação

(mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

Sobre os autores

Sérgio Bandeira do Nascimento

Docente da UFPA/FAECS/ABAETETUBA. Doutor em Educação com graduação em História pela Universidade Federal do Pará. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, História e Prisões na Amazônia. Atua principalmente nos temas Formação de Professores; Ensino de História; História da Educação; História da Psiquiatria e da Loucura; Práticas Educativas em Espaços de Privação de Liberdade.

E-mail: sergbandeira@ufpa.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1366-5760>

Geise do Socorro Lima Gomes

Docente na Faculdade de Educação do Campus Castanhal/UFPA. Formada em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (2008). Tem mestrado em Psicologia - Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará (2011) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Pará (2017).

E-mail: geise.gomes@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9059-8568>

João Victor da Silva Furtado

Doutorando em História pela Universidade Federal do Pará. Formado em História pela Universidade Federal do Pará (2017) e mestre em História Social da Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (2020).

E-mail: victor.furtado@ifch.ufpa.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4149-9114>

Recebido em: 05/04/2026

Aceito para publicação em: 08/07/2026